

A aquisição de clíticos acusativos e o objeto nulo no PB

The acquisition of accusative clitics and the null object in BP

Sabrina Casagrande
UFSC

Abstract

Based on Lopes and Cyrino (2005) and Creus e Menuzzi (2005), the purpose of this work is to investigate how Brazilian Portuguese (BP) children are filling the anaphoric direct object position once occupied by 3rd person accusative clitics. Since these clitics disappeared from BP's pronominal system, we aim to determine the linguistic evidences available to children in order for them to choose between a lexical pronoun or a null object in this position. Results from our analysis of the language acquisition data confirmed Lopes & Cyrino's hypothesis that the semantic features of animacy and specificity in the antecedent are responsible for the alternation between lexical pronoun and null object, as well as bring into question some of Creus & Menuzzi's predictions, which ascribe to the semantic genre of the antecedent (and not to animacy and specificity) the main role in the choice of positions.

Keywords

Language acquisition, Null object, Semantic features.

Resumo

Partindo das propostas de Lopes & Cyrino (2005) e Creus & Menuzzi (2005), temos como objetivo investigar de que maneira as crianças do PB estão preenchendo a posição de objeto direto anafórico, anteriormente ocupada pelos clíticos acusativos de terceira pessoa.

Uma vez que estes desapareceram do paradigma pronominal do PB, buscamos determinar quais os indícios lingüísticos que a criança tem para a escolha entre o pronome lexical vs. objeto nulo nessa posição. Os resultados confirmaram a hipótese de Lopes & Cyrino (2005), para as quais são os traços semânticos de animacidade e especificidade do antecedente que desempenham papel na alternância entre o pronome e o nulo, e colocaram à prova algumas previsões do estudo de Creus & Menuzzi (2005), que afirmam ser o gênero semântico do antecedente (e não animacidade e especificidade) definitório na escolha das opções.

Palavras-chave

Aquisição da linguagem, Objeto nulo, Traços semânticos.

0. INTRODUÇÃO¹

A proposta deste artigo é mostrar como os clíticos acusativos do Português Brasileiro (daqui em diante PB) estão se comportando no cenário atual. Para isso, partiremos da análise de dados de aquisição de linguagem que, de acordo com a abordagem gerativista, é o lugar para a mudança nas línguas. Sabe-se que o sistema pronominal do PB vem sofrendo importantes mudanças desde aproximadamente o século XVIII (cf. CYRINO, 1994, 1996; PAGOTTO, 1996, entre outros). Tais mudanças motivaram o desaparecimento do clítico acusativo de terceira pessoa e a substituição desse clítico por um objeto nulo ou por um pronome lexical, como veremos na seção 1.

Partindo dos trabalhos de Cyrino (1994), que mostrou que a mudança na posição de objeto direto anafórico (antes ocupada pelo clítico acusativo de terceira pessoa) foi motivada pelos traços semânticos de animacidade e especificidade do antecedente, e da proposta de Lopes & Cyrino (2005 – daqui em diante L&C), que investigaram a aquisição do objeto direto anafórico em PB, é que serão lançadas as hipóteses de trabalho desta investigação. Esta tem como objetivo observar de que maneira as crianças do PB estão adquirindo a estrutura de objeto direto anafórico² e quais os indícios lingüísticos que a criança tem para escolher entre o uso da categoria nula e do pronome lexical nessa posição; mais precisamente, qual o papel que os traços semânticos de animacidade e especificidade do antecedente desempenham nessa escolha. Veremos como o traço de especificidade é definido e de que maneira ele se une ao traço de animacidade para definir o tipo de retomada.

Além disso, observaremos como a hipótese de Creus & Menezzi (2005 – daqui em diante C&M) pode ser aplicada aos dados de aquisição. Tal hipótese afirma que é o gênero semântico, e não os traços semânticos de animacidade e especificidade, que determina a alternância na posição de objeto direto anafórico.

O trabalho está organizado da seguinte maneira: na seção 1 esboçamos a mudança diacrônica pela qual passaram os clíticos do PB. Na seção 2 trazemos algumas discussões relacionadas ao objeto nulo, sob o ponto de vista de alguns autores. Na seção 3, apresentamos a análise dos dados de aquisição e os resultados obtidos por nossa investigação inicial e, na seção 4, apresentamos as conclusões obtidas neste trabalho.

1. O ESTATUTO DOS CLÍTICOS ACUSATIVOS DE TERCEIRA PESSOA EM PB: CONSIDERAÇÕES DIACRÔNICAS

Os estudos nos mostram que, sob a perspectiva diacrônica, os clíticos passaram por diversas mudanças. Basicamente, o que é mais relevante foi a mudança na sua posição – ocasionada por uma perda de movimento tanto dos verbos quanto dos clíticos – e a brusca queda da sua frequência de uso.

Quanto à mudança na posição dos clíticos – levando-se em conta os estudos de Pagotto (1996) e Cyrino (1994, 1996) – podemos afirmar que o PB atual apresenta um estatuto para os clíticos diferente do português clássico (daqui em diante PC) e, especialmente, diferente do Português Europeu (daqui em diante PE), do qual se originou. Pagotto (1996, p. 186) afirma, baseado em estudos já realizados, que “a posição ocupada pelos clíticos no nível superficial da sentença constitui uma das mais radicais diferenças entre o PB e o PE.” A próclise ao segundo verbo do grupo verbal, estrutura já enraizada no PB atual, é agramatical em PE e constituiu uma grande inovação do PB. Além disso, os clíticos são muito mais usados em PE que em PB.

Outro fato a se destacar é que tanto o PC quanto o PB atual apresentam próclise. Se partirmos da idéia de que ocorreu uma mudança na posição dos clíticos em PB, temos que explicar qual seria, então, a razão para ambos os estágios apresentarem a próclise – já que houve uma mudança do PB em relação ao PC. De fato, há vários aspectos que mostram a diferença entre a próclise do PC e a próclise do PB atual. A diferença mais importante é que, no PB atual, tanto os clíticos quanto os verbos perderam a possibilidade de movimento que havia no PC, para esses casos.

Até o século XVIII, o pronome clítico, tanto em sentenças simples quanto em sentenças com locuções verbais, poderia subir até uma posição acima da negação. Segundo Pagotto (1996, p. 194), “do século XVI ao século XVIII havia uma tendência muito forte para a anteposição do clítico à negação.

Isto mostra que o clítico, no português clássico, se movia independentemente para posições mais altas da sentença”, fenômeno chamado de *clitic climbing*. Este fenômeno está mostrado no exemplo seguinte extraído de Pagotto (*op. cit.*, p. 188)

- (1) “...afim deque entrando povo, quesem estabelecimento o não quer fazer...” (*Documentos históricos do Espírito Santo*, 1ª metade do século XVIII)

Isso deixa de ser uma possibilidade já a partir do século XIX. “A idéia central é que o português veio sofrendo um processo de perda do movimento do clítico, desde o período medieval.” (*Idem*, p. 194). Assim, no século XX, o clítico, numa locução verbal, apresenta-se sempre próclítico ao verbo principal (mais baixo), que não carrega a concordância, mesmo quando há a presença de partículas atrativas. Além disso, a próclise aos verbos simples também passa a ser categórica.

Ao contrário da próclise, a ênclise é progressivamente abandonada em PB. De acordo com Cyrino (1996), no século XVIII, a ênclise ocorria em 100% dos casos quando a estrutura apresentava imperativo afirmativo, sentenças com infinitivo impessoal e sentenças com gerúndio. Ela ocorria quando o verbo realizava um movimento suplementar, ou seja, depois que o verbo e o clítico se moviam, o verbo realizava mais um movimento, que impossibilitava o acesso do clítico. Já no século XX, ela ficou restrita a casos em que há os pronomes *a* e *o* com o infinitivo, em contextos de escrita. Em todos os outros casos há próclise, mesmo naqueles considerados impossíveis para o PE. Assim, o que podemos notar é uma generalização de ocorrência da próclise.

Cyrino (1996) propõe uma explicação para essa mudança, especialmente com locuções verbais. Ela sugere que, para a mudança ter ocorrido, houve uma reanálise para a posição dos clíticos nesse caso. A criança teria analisado a ênclise ao verbo auxiliar como sendo próclise ao verbo principal e isso, juntamente com as demais reanálises, teria acarretado a mudança da posição do clítico. Deste modo, ouvindo uma sentença como:

- (2) João vai-me dar um livro

a criança teria atribuído a ela uma análise como:

- (3) João vai me-dar um livro.

Sentenças como (3), retirada de Cyrino, *op. cit.*, p. 171, teriam começado a aparecer, segundo a autora, já na primeira metade do século XVIII. Nesse trabalho, ela defende que “há fortes indícios de que a mudança na posição dos clíticos, especialmente a perda da ênclise no PB, esteja ligada ao fenômeno do objeto nulo.” (CYRINO, *op. cit.*, p. 173). Contudo, em trabalho posterior (CYRINO, 2003), ela mostra que não pode haver uma relação de dependência entre queda dos clíticos e ocorrência do ON, já que nem todos os clíticos desapareceram do sistema pronominal. Assim, o que estaria determinando a queda do clítico e a ocorrência do objeto nulo (ON) seria a atuação do princípio “Evite Pronome” que, segundo Cyrino, seria algo como: pronuncia-se apenas o que é necessário. O argumento não parece claro; se esse princípio estivesse mesmo agindo, seria de se esperar que os pronomes lexicais – retomando os antecedentes [+animado] e alguns [-animado] – também não ocorressem, o que não é verdadeiro para os dados, como veremos. Seja o argumento de Cyrino válido ou não, o que não se pode negar é que o ON e o pronome lexical estão desempenhando o papel que os clíticos acusativos de terceira pessoa realizavam até seu desaparecimento.

A tabela 1, retirada de Cyrino (1996), nos mostra a queda que o objeto direto anafórico vem sofrendo desde o século XVII.

TABELA 1
 Freqüência de retenção de objeto direto anafórico
 em cinco momentos históricos

I. 1ª metade do séc. XVIII	89,2%
II. 2ª metade do séc. XVIII	96,2%
III. 1ª metade do séc. XIX	83,7%
IV. 2ª metade do séc. XIX	60,2%
V. corpus sincrônico (1982)	18,0%

(Cyrino, 1996, p. 173)

Cyrino (*op. cit.*, p. 175) mostra que o primeiro clítico a ser atingido pela queda foi o “o” proposicional, sendo que os demais clíticos acusativos de terceira pessoa também foram atingidos pela queda. Além disso, demonstra que os clíticos de 1ª e 2ª pessoas ainda ocorrem no PB, mesmo que em uma proporção reduzida.

Tanto Cyrino (1994, 1996) quanto Pagotto (1996) e Nunes (1996) concordam no fato de que as reanálises que levaram ao ON em PB estariam relacionadas às reanálises diacrônicas que levaram à mudança no sistema de clíticos. Pagotto (1996, p. 201) afirma que “se admitirmos que as mudanças nas regras da gramática fizeram com que aos clíticos restasse uma posição estranha à sua natureza, podemos supor que ou eles deixam de existir no sistema, ou se adaptam ao novo *habitat*.”

Para Nunes (1996, p. 216-217), pode-se tomar a expansão dos contextos de uso do objeto nulo “como subproduto do desaparecimento do clítico acusativo de terceira pessoa, ou, em outras palavras, subproduto da inexistência de aquisição [desse clítico] por crianças que internalizaram um sistema com cliticização fonológica da esquerda para a direita”, direção diferente da realizada em PE – com direção de cliticização da direita para a esquerda – e que resultou na mudança da posição dos clíticos em PB. Esta mudança na direção de cliticização fonológica é concomitante ao surgimento tanto da nova construção com objeto nulo quanto da construção com pronome lexical na posição de objeto. A conclusão de Nunes é que “para uma geração que adquiriu um valor diferente para a direção de cliticização fonológica, tornou-se impossível adquirir também os clíticos acusativos de terceira pessoa, uma vez que o *onset* de suas sílabas não pode mais ser licenciado.” (*Idem*)

Com a impossibilidade de usar o clítico, o falante foi obrigado a fazer uma outra opção, sem que se alterasse a gramática. Essa opção esteve concentrada, inicialmente, na realização da elipse sentencial, ou seja, a substituição do “o” proposicional por uma elipse, como podemos observar nos exemplos abaixo, retirados de Cyrino (1994, p. 196). Então, uma sentença como (4a), em que o antecedente é retomado pelo clítico, passou, gradativamente, a ser realizada como (4b), na qual o ON sentencial toma o lugar do clítico:

- (4) a. “Que é isso sobrinho?”
“Eu não o sei em minha consciência” (Antonio José. Guerras de Alecrim e Manjerona, p. 236)
- b. “Pois como há aqui outro, fora D. Fuás?”
“Eu não sei __, em minha consciência, que é má” (Antonio José. Guerras de Alecrim e Manjerona, p. 220)

Segundo Cyrino (1994, p. 195):

A criança do século XVIII (...) já não teria a evidência positiva robusta do uso do clítico cujo antecedente era sentencial, isto é, do clítico neutro. Somando-se a isso o fato de que reconstrução com antecedente [+específico/referencial] era também possível (elipse sentencial, verbos proposicionais), a mudança diacrônica ocorreu. Já não sendo possível licenciar o *onset* da sílaba do clítico acusativo de terceira pessoa, mas havendo a possibilidade de objeto nulo em vários casos, há a emergência de um novo tipo de objeto nulo: o objeto nulo (reconstrução em FL, elipse em FF) cujo antecedente é específico [-animado], ou seja, o objeto nulo que corresponderia ao clítico mais ‘próximo’ do clítico neutro.

A mudança diacrônica na posição de objeto direto anafórico, segundo Cyrino – seguindo as idéias de Roberts (1993, apud CYRINO, *op. cit.*) – ocorreu da seguinte forma: os “passos” – a mudança na direção de cliticização fonológica, que impediu a realização do clítico. Isso, segundo Cyrino, teria ocorrido entre os séculos XVII – XVIII. Do século XVIII ao século XIX, a criança ouve, além de sentenças com o clítico proposicional, ocorrências de uma elipse sentencial. A reanálise diacrônica foi a criança ter estendido a todos os objetos, cujos antecedentes – mesmo os não sentenciais – são [+específico/-animado], a possibilidade da elipse, como ocorria com a elipse sentencial, e isso ocorreu no século XIX. Provém daí a possibilidade de realização do objeto nulo em qualquer contexto, inclusive em “ilhas”, o que não é possível, regra geral, em PE.

Desta forma, a extensão do objeto nulo para outros contextos, que não aqueles que apresentavam antecedente sentencial, foi evidência robusta para as crianças da elipse sentencial em Forma Fonética, cujo antecedente possuía o traço [+específico/-animado]. A mudança paramétrica estaria realizada no século XX, quando tanto o clítico neutro “o” proposicional, quanto o clítico “o” com antecedentes [-animado] estão descartados do sistema pronominal e só são adquiridos por meio da escolarização. Isso, segundo Cyrino (1994), acaba por alterar o paradigma dos pronomes acusativos do PB.

Além disso, por volta do século XIX, o pronome lexical também aparece como possibilidade para a substituição do clítico, quando os antecedentes não eram [-animado].

Cyrino (1994, p. 201) baseando-se em Lightfoot (1991, *apud* CYRINO, *op. cit.*) propõe que a obsolescência de uma estrutura é conseqüência indireta de uma mudança:

No caso do PB, a perda do clítico de terceira pessoa é uma conseqüência da reanálise para o objeto nulo. A mudança paramétrica, de natureza catastrófica, é observada na alteração do paradigma pronominal do século XX: não existe mais o clítico neutro, sendo este substituído pelo objeto nulo, e os outros clíticos de 3ª pessoa sendo substituídos também, ou pelo objeto nulo, ou pelo pronome tônico.

2. A OCORRÊNCIA DO OBJETO NULO EM PORTUGUÊS BRASILEIRO

A discussão até aqui realizada nos mostrou o quadro diacrônico dos clíticos acusativos – principalmente os de terceira pessoa – e nos colocou a par de quais são as possibilidades disponíveis para o falante em substituição aos clíticos acusativos de terceira pessoa. A partir de agora, trataremos algumas discussões sobre a ocorrência dessa categoria vazia, especialmente em PB, detalhando o fenômeno nessa variedade do português, sob o ponto de vista de alguns pesquisadores.

As propostas sobre a ocorrência do ON e o que caracterizaria tal elemento nas línguas que o permitem são várias. Todos os autores que trabalham com ON citam o trabalho de Huang (1984) como sendo o primeiro a tratar do assunto. Ele mostrou que no chinês o ON é uma variável ligada a um tópico em posição A-barras ou a um tópico nulo recuperável pelo contexto.

A análise do PE feita por Raposo (1986) indicou que, nessa língua, o ON seria também uma variável, ligada por um operador nulo em uma posição A-barras. Raposo (*op. cit.*) afirma que a análise de Huang para o chinês pode ser adotada para o PE, sendo que essa caracterização impede que o ON se realize em ilhas, nessa variedade do português.

Já em seu trabalho mais recente, conforme Kato & Raposo (2001, p. 9) “a representação proposta para o objeto nulo nas duas variedades [tanto no PE quanto no PB] é de que ele é uma categoria mista: um DP com o D nulo e seu complemento um *pro*, que sofre movimento para F a fim de possibilitar a

identificação de seus traços por um antecedente”. As sentenças em (5), retiradas de Kato & Raposo (2001, p. 11), mostram como ocorre o movimento de *pro* para a categoria F, que seria uma categoria funcional voltada para o discurso e que identificaria *pro* a um antecedente.

- (5) a. (esse livro) [_{FP} F [_{TP} eu só encontrei [_{DP} D pro] na FNAC]]
 b. (esse livro) [_{FP} pro+F [_{TP} eu só encontrei [_{DP} D t] na FNAC]]

Essa análise, porém, não pode ser verdadeira para o PB, já que nessa variedade é possível a existência de nulos em ilhas; sendo assim, não poderíamos supor movimento.³

Além disso, no âmbito do PB, Cyrino & Reich (2002) afirmam que as primeiras análises em relação aos argumentos nulos foram de Wheeler (1981), Farrell (1990), Galves (1987; 1989), Kato (1993). Todos esses autores argumentam que a categoria vazia em posição de objeto seria um pronome nulo, do mesmo tipo que o sujeito nulo, ou seja, *pro*. Essa visão, no entanto, apresenta problemas, visto que ainda não se indicou quais são os elementos que licenciam, sintaticamente, a presença de *pro*. Além disso, a agramaticalidade da sentença (6a) não pode ser explicada pelo fato de haver um pronome nulo. Cyrino argumenta que, se o exemplo com o pronome manifesto é gramatical, então haveria de se esperar que o exemplo com ON também o fosse. Assim, como (b) não é agramatical, a conclusão é que o ON do PB não é *pro*.

- (6) a. *O José_i sabe que a Maria gostaria de conhecer e_i.
 b. O José_i sabe que a Maria gostaria de conhecer ele_i (GALVES, 2001, p. 173)

O que Galves (2001) sugere para esse caso é que o ON pode ser interpretado tanto referencialmente quanto não-referencialmente, enquanto o pronome lexical só pode ter interpretação referencial. Assim, como ON e pronome lexical não estão em variação livre, a co-referência indicada só é perfeita se empregarmos um pronome lexical.

Huang (1984) também mostrou que, em chinês, um pronome nulo não pode ocorrer na posição de objeto, gerando o mesmo problema da sentença apresentada em (6), como vemos em (7a):

- (7) a. * Zhangsan_i shuo Lisi bu renshi e_i (HUANG, *op.cit.*, p. 537)
 Zhangsan diz Lisi não conhece
 “Zhangsan_i disse que Lisi não conhece e_i ”
- b. Zhangsan shuo [Lisi bu renshi ta] (HUANG, *op. cit.*, p. 538)
 Zhangsan diz Lisi não conhece ele
 “Zhangsan disse que Lisi não conhece *ele*”

Quando há uma categoria vazia na posição de objeto, em chinês, ela só pode se referir a alguém no discurso (ou seja, fora da sentença). Essa categoria será, então, ligada a um tópico nulo e não poderá ser identificada a *Zhangsan*, como mostra a agramaticalidade de (7a); isso indica que em chinês uma categoria vazia na posição de objeto não pode ser pronominal. Já se um pronome manifesto ocorre no lugar dessa categoria vazia, em chinês, assim como em português, a interpretação é ambígua; ele pode se referir ao sujeito da sentença matriz – *Zhangsan* – (como indicado na sentença (7b) acima) ou a alguém no discurso.

Diante dos fatos, Cyrino (1994) propõe que o objeto nulo em PB é uma elipse nominal em Forma Fonética e reconstrução de seu antecedente em Forma Lógica. Para a autora, o que teríamos seria uma “inaudibilidade” de uma construção presente em FL. A proposta de reconstrução para explicar o ON do PB vem de Fiengo & May (1994) que, segundo Cyrino (2003, p. 44), “afirmam que a elipse, além de exigir a condição de que a reconstrução seja aplicada, demanda também uma condição de recuperabilidade”. A reconstrução nos informaria a identificação da categoria sintática, enquanto a “recuperabilidade” nos daria a informação do conteúdo da categoria sintática. Assim, além da reconstrução do material elidido, teremos que ter também a recuperação do conteúdo desse material.

Como vimos na discussão diacrônica realizada por Cyrino, o guia da mudança na posição de objeto direto anafórico está relacionado aos traços semânticos de especificidade e animacidade do antecedente. Antecedentes [-animados] são retomados, regra geral, pelo objeto nulo e antecedentes [+animados] pelo pronome lexical. Unido ao traço de animacidade, o traço de especificidade define ainda mais a escolha, especialmente quando os antecedentes são [+animados].

Para o completo entendimento da função que o traço semântico de especificidade desempenha na alternância entre pronome vs. objeto nulo, vamos fazer uma breve discussão sobre o conceito de especificidade (cf. ENÇ, 1991; PUSKÁS & IHSANE, 2001 – daqui em diante P&I). O primeiro fato para o qual deve ser chamada a atenção é que especificidade não deve ser confundida com definitude, uma outra característica também atribuída a DPs. Puskás & Ihsane (2001, p. 40) definem essas duas características de um DP afirmando que definitude “selects one object in the class of possible objects”⁴ enquanto especificidade “relates to pre-established elements in the discourse”⁵. Sendo assim, elas não são noções equivalentes.

Enç (1991, p. 9) afirma que todos os DPs definidos são específicos, no entanto P&I (*op. cit.*) mostram que não há correlação necessária entre esses dois conceitos, já que na sentença (8) em francês, o DP “le train” pode ser tanto específico quanto não-específico, a depender do contexto em que a sentença é empregada.

- (8) J’ai pris le train.
‘Eu peguei o trem’

Seguindo a idéia de Enç, esse DP seria considerado específico, mas as autoras chamam a atenção para o fato de que ele pode ser não-específico se seu referente não é preestabelecido no discurso, ou seja, quando alguém está se referindo a um trem qualquer e não a um em particular. Por outro lado, um DP indefinido pode ter leitura específica, como em (9):

- (9) Un étudiant est venu voir la professeur.
‘Um estudante veio ver o professor’

No exemplo (9), se *un étudiant* tiver um referente preestabelecido no discurso, ele tem leitura específica.

A hipótese de P&I (*op. cit.*) é que especificidade e definitude são traços que devem ser checados em alguma projeção funcional na periferia esquerda do DP. O traço de definitude é checado em DefP (Definitive Phrase); o núcleo de DefP é caracterizado pelo traço [+/- definido], sendo que o traço [+definido] é realizado por um artigo definido e [-definido] por um artigo indefinido. Como especificidade é diferente de definitude, ela é codificada em uma projeção funcional diferente denominada TopP,⁶ que fica acima de DefP.

Elas destacam que “as topic is generally associated with ‘givenness’, ‘old information’ (...) the restriction to specific DPs is not surprising.”⁷ (P&I, *op. cit.*, p. 41). Desse modo, podemos observar que especificidade está relacionada ao discurso. Sendo assim, para que um DP seja [+específico], ele deve estar relacionado a objetos preestabelecidos.

Depois dessa breve explicação sobre o conceito de especificidade, observemos uma última e mais recente proposta, importante para a discussão sobre o ON no PB. Tal proposta é a de Creus & Menuzzi (2005), para os quais a ocorrência do objeto nulo em PB tem a ver com o gênero semântico do antecedente que esse nulo retoma. Os traços de animacidade e especificidade desempenham um papel secundário, nesse caso. Segundo os autores, quando o pronome lexical ocorre, é porque retomou um antecedente que possui gênero semântico, ou seja, um elemento que possui sexo natural identificável (cf. exemplo (10a)). Já o ON ocorrerá quando seu antecedente não tiver gênero semântico – quando seu sexo natural não puder ser identificado (cf. exemplo (10b)). Isso porque, para os autores, ONs não são especificados para gênero, enquanto pronomes são.

- (10) a. Sabe a Maria? Eu encontrei *ela* ontem no cinema. (C&M, *op. cit.*, p. 1)
- b. Você já ouviu falar do último filme do Almodóvar? Eu fui ver ___ ontem e achei ___ meio chato. (C&M, *op. cit.*, p. 1)

O que os autores mostram é que essa hipótese não difere da hipótese baseada no traço de animacidade com relação aos antecedentes [-animado], mas difere quando o antecedente é [+animado], especialmente com relação ao traço de especificidade. Para eles, “substantivos com gênero semântico inerente terão, necessariamente, um gênero semântico determinado *independentemente do NP ser específico ou não*”. (C&M, *op. cit.*, p. 8, grifo nosso)

Para observar isso, os autores realizaram um teste de gramaticalidade aplicado a 13 alunos de pós-graduação. Os resultados obtidos estão descritos na tabela 2, que nos mostra que os antecedentes [+a, -e], quando submetidos à variável *gênero semântico*, apresentam comportamentos diferentes, mostrando grande preferência ou pelo nulo ou pelo pronome – a depender da presença ou ausência de gênero semântico.

TABELA 2

Ocorrências de ONs e PrPls segundo o tipo do antecedente

Classe do Antecedente	Objetos Nulos	Pronomes Plenos
[+a, -e, -gs]	24/37 (64.9%)	13/37 (35.1%)
[+a, -e, +gs]	09/31 (29.0%)	22/31 (71.0%)
[+a, +e, +gs]	08/31 (25.8%)	23/31 (74.2%)
ant. da frase (g)	09/16 (56.3%)	07/16 (43.7%)

(Creus & Menuzzi, 2005, p. 10)

No caso dos antecedentes [+a, +e, +gs], há a grande predominância de uso do pronome, o que, para os autores, ajuda a confirmar a hipótese de que antecedentes com gênero semântico são retomados pelo pronome. Além disso, a tabela também confirma a preferência pelo pronome lexical quando o antecedente é [+a, +e], corroborando os dados de Cyrino (1994).

Os autores indicam que os dados da tabela 2, referentes aos antecedentes [+a, -e, +gs] e [+a, +e, +gs], mostram um padrão de resposta praticamente idêntico – “formam uma classe natural de antecedentes” – quando comparados aos antecedentes [+a, -e, -gs]. Eles afirmam que isso “mostra claramente que os efeitos dos traços de animacidade e especificidade são secundários em relação ao efeito do traço de gênero semântico.” (C&M, *op. cit.*, p. 10) Sendo assim, há a evidência de que a presença/ausência de gênero semântico é fator fundamental para a alternância objeto nulo/pronome lexical, porém não único.

Em relação à natureza do ON em PB, os autores afirmam que:

Se estamos certos em presumir que a distinção entre ONs e PrPls é essencialmente uma oposição entre formas anafóricas de 3ª pessoa especificadas ou não para gênero – isto é, para um traço-*ö* –, parece-nos que a solução mais simples seria admitir que ONs são algum tipo de elemento pronominal. (p. 12)

Deixando de lado a questão da natureza do ON e analisando a proposta de C&M, o que podemos notar é que ela não se sustenta diante de alguns dados reais de fala natural de adultos, como vemos em (11a) e (11b).

- (11)⁵ a. Aqui tinha um adesivo, eu deixei *ele* aqui até ele cair. (L. – 10/11/05)
- b. Meu aniversário é dia 12 de fevereiro e eu tô pensando em passar *ele* aqui em Minas. (E. – 23/01/2006)

Nesses dois casos, o que temos é um antecedente que não possui sexo natural identificável e, portanto, para a proposta, não possui gênero semântico [-a, +e, -gs]. Sendo assim, esses antecedentes não seriam, regra geral, retomados pelo pronome lexical e sim pelo nulo. Contudo, como podemos ver, não é o que acontece. De certo modo, esses exemplos também desviam um pouco da análise que estamos propondo, a saber: que antecedentes [-a, +e] seriam, preferencialmente, retomados pelo ON. No entanto, veremos que nossa hipótese se confirma nos dados infantis.

3. CLÍTICOS ACUSATIVOS NA AQUISIÇÃO DO PB

3.1. Metodologia

Neste trabalho, analisamos dados de produção espontânea de uma criança de faixa etária entre 1;8,12 – 3;7,6, adquirindo o PB na região de Porto Alegre, RS, em cujo dialeto ocorre o pronome “tu”.⁹ Com o inquérito em mãos, já codificado, o trabalho consistiu em identificar, na fala da criança, os dados pertinentes a nossa pesquisa. Diante disso, tivemos que tomar algumas decisões metodológicas. Como nos dados da criança analisada as possibilidades de argumentos nulos na posição de objeto direto se apresentaram de diversas maneiras, decidimos trabalhar apenas com os dados que dizem respeito ao objeto nulo de verbos transitivos, marcadores excepcionais de caso e nulos proposicionais que, em outras línguas românicas, teriam a ocorrência de um clítico em lugar do ON.

Dessa forma, outros casos de apagamento do objeto, que não dizem respeito ao ON, foram descartados no momento da análise. Entre os dados descartados está a elipse de VP, mostrada no exemplo seguinte:

- (12) INV⁷: o Banana quer um pimentão.
 INV: ele não ganha?
 CRI: não ganha []. (AC, 2;8,28)

Além disso, objetos nulos de verbos inacusativos também foram descartados devido à ambigüidade de localização do nulo – se o apagamento ocorreu com o elemento *in situ* ou se ele ocorreu com o elemento movido para a posição de sujeito da sentença, onde resolve seus traços de caso.

Variáveis – frutos de movimento do objeto para posição A-barra – também não foram contabilizadas nos dados. São casos como o exemplo (13):

(13) CRI: e esse eu vou botar [] nela. (AC, 2;8.28)

Ainda em relação às decisões metodológicas, consideramos que, quando uma mesma ocorrência de ON se referiu à mesma estrutura, ela deveria ser contabilizada apenas uma vez, como no exemplo (14):

(14) CRI: eu quero ver [], quero ver [], quero ver []. (AC. 2;3,0)

(referindo-se a um filme que a criança insistia em querer ver – *o filme do Woody*)

Já se o objeto é o mesmo, mas apareceu em estruturas diferentes, consideramos ocorrências diferentes, como nos exemplos (15) e (16), (mesmo antecedente de (13)):

(15) CRI: eu vou assistir [] aqui no t(r)av(e)seilo. (AC. 2;3,0)

(16) CRI: ah, agora eu vou ver []. (AC 2;3,0)

Também é importante mencionar que, quando o antecedente do ON não ficou claro, decidimos por desconsiderá-lo dos dados para que não comprometesse a análise. E, ainda, quando tínhamos um antecedente que era um DP cujo núcleo era indefinido, analisamos caso a caso, porque em alguns momentos a criança utiliza um DP indefinido, para se referir a algo que está muito bem definido para ela discursivamente, como no exemplo (17):

(17) CRI: e olha aqui, ó!

CRI: *uma casinha*.

INV: quem te deu uma casinha?

CRI: é o meu pai.

CRI: ele fez [] pra mim. (AC, 2;8.28)

Considerando a análise apresentada sobre especificidade e definitude dos DPs, vimos que um DP indefinido pode ter leitura específica, desde que esse se refira a algo preestabelecido no discurso. Nesse caso, mesmo que esse antecedente esteja marcado como indefinido, discursivamente ele é identificado como o objeto que se encontra no ambiente de produção da criança (considerando que a retomada da investigadora (*uma casinha*) é referente ao objeto introduzido no discurso pela criança). Além disso, a retomada pelo nulo leva em consideração o objeto já preestabelecido.

Um fato que chama a atenção nos dados é que, em alguns casos, a criança tratou seus brinquedos – *a boneca, o ursinho*, entre outros – como sendo seres com animacidade, retomando-os com o pronome lexical (o que ela tem a possibilidade de inferir pela evidência na fala da investigadora, no caso de (18) a seguir). Em trabalho anterior a este, computamos esse tipo de elemento como sendo [+a, +e], portanto, conseqüentemente, retomado pelo pronome.

- (18) INV: vamo(s) pôr **ela** alí em pé?
 CRI: pode.
 CRI: ela é minha filha.
 (...)
 INV: com o que que ela vai se secar agora?
 CRI: secar?
 CRI: ela vai secar lá.
 INV: que que eu te alcancei, hum?
 INV: a gente tá secando **ela**.
 CRI: é p(r)a [*] ela ficar bem assim.
 (...)
 CRI: agora eu vou secar **ela**. (AC, 2;8,28)

Observamos, porém, que isso não é constante em todas as retomadas desses mesmos antecedentes (na produção da mesma criança). Em outros contextos, como vemos em (19), a criança utiliza o nulo para retomar esses antecedentes – que são, na gramática adulta, elementos [-a, +e] – correspondendo, assim, ao padrão esperado.

- (19) INV: e de quem é essa daí?
CRI: hã?
INV: de quem é essa daí?
INV: é a boneca?
CRI: eu tenho um # uma mais bonita do que essa.
INV: tu tem uma mais bonita?
CRI: ãh+hã # é a que eu vou te mostrar [] quer ver []?
(AC, 3;7,06)

Esse tipo de conflito nos dados não foi analisado neste trabalho, mas é digno de uma investigação futura. É preciso cruzar esse dado da criança com os dados de evidência positiva do adulto para que possamos indicar direções mais claras sobre o tratamento que a criança está dando a esses antecedentes. Se ela realmente está tratando esses elementos como [-animado] e está retomando-os com o pronome lexical, estamos diante de um certo problema para nossa análise, já que o antecedente é [-a, +e] e privilegiaria o uso do nulo. Tal problema não será discutido aqui, mas já está sendo observado em trabalho posterior a este, no qual buscaremos responder à pergunta: que espécie de fenômeno estaria em jogo, nesses casos, que levaria a criança a usar um elemento que não condiz com o padrão adulto (no caso, o pronome lexical para a retomada de elemento [-a, +e])?

Diante desses fatos, esse tipo de elemento será tratado aqui como tendo traços semânticos [-animado], mesmo nos casos em que a criança os retoma com o pronome.

3.2 Análise dos dados

Um de nossos objetivos era identificar como os clíticos acusativos de 1ª e 2ª pessoas estão ocorrendo na fala da criança e qual é a sua frequência de uso. Tendo em mente que os clíticos acusativos de terceira pessoa já não existem no paradigma do PB, fazemos uma pergunta: qual é o estatuto dos clíticos que ainda se sustentam? Além disso, e como foco de nossa pesquisa, observamos a alternância entre ON vs. pronome lexical na posição de objeto direto anafórico, de acordo com o traço semântico do antecedente. Para isso, tomamos a

proposta de Cyrino (1994) e de L&C (2005), que defendem que essa alternância se relaciona com os traços de animacidade e especificidade do antecedente.

Clíticos de 1ª e 2ª pessoas ainda são correntes em PB, apesar de em algumas regiões eles apresentarem menor frequência de uso. No dialeto da criança analisada, eles estão ainda bem presentes, o que pudemos notar, especialmente, a partir da fala da investigadora. Analisando a fala da criança, observamos que os clíticos acusativos de 1ª e 2ª pessoas – *me* e *te* – não foram, em nenhum momento, substituídos pelos pronomes lexicais *eu* e *tu/você*, respectivamente. Isso mostra que a aquisição desses clíticos correspondeu ao padrão da gramática adulta, na qual os clíticos *me* e *te* são unanimidade.

Na tabela 3, adaptada de Cyrino (2003, p. 32), podemos observar que os clíticos acusativos de 1ª e 2ª pessoas apresentam porcentagem de uso, no último bloco analisado, bastante semelhante ao século XVII.

TABELA 3
Ocorrência dos clíticos de 1ª e 2ª pessoas no decorrer dos séculos.

	1ª XVI	2ª XVI	XVII	1ª XVIII	2ª XVIII	1838-44	1857	1891	1940	1960	1973
Clítico 1ª p	29.0	30.6	20.3	36.5	40.1	32.5	23.3	15.9	49.1	51.1	28.0
Clítico 2ª p	29.4	12.6	16.4	19.3	15.8	10.7	11.4	12.1	22.4	-	24.0

(Cyrino, 2003, p. 32)

Isso pode nos indicar que, se esses clíticos passaram por alguma mudança no PB, essa mudança não impediu sua ocorrência, pelo menos em alguns dialetos, como o dialeto aqui analisado. Na análise da autora, que levou em conta o dialeto da região de São Paulo, apesar de o clítico de 2ª pessoa estar presente nos últimos dados, eles se referem à forma *você* e não a forma *tu*. Isso pode ser verdade para os dialetos em que à forma *você* é a predominante, ocorrendo também na posição de objeto direto, em lugar do clítico acusativo, mas não é o caso do dialeto no qual a criança aqui analisada está inserida. O que nós vimos nessa análise é que a criança correspondeu às expectativas da sua gramática-alvo, adquirindo um paradigma completo para a segunda pessoa – *tu*, *te*, *ti*.

Passamos agora para a análise do comportamento dos argumentos nulos na posição de objeto direto. De forma geral, o que mostraremos é que os padrões que direcionaram a mudança na posição de objeto direto estão ainda presentes, direcionando a aquisição do elemento nessa posição. Seguiremos a proposta de L&C (2005), para a qual o fator determinante na escolha entre o ON e o pronome lexical é o traço semântico do antecedente, observando se suas hipóteses se confirmam nos dados da criança analisada. Acrescentaremos à análise uma breve observação sobre a proposta de C&M (2005), para a qual, como vimos, é o gênero semântico do antecedente que define a escolha.

L&C (2005) observaram a fala espontânea de duas crianças – uma entre 1;9 – 2;8, outra entre 1;8 – 3;7. Elas propuseram que a ocorrência do ON estaria ligada, de maneira geral, ao fato de o antecedente ser [-animado], enquanto a realização do pronome lexical se daria quando o traço do antecedente for [+animado]. Assim, uma categoria vazia não ocorre quando um antecedente for [+animado], a não ser que ele seja não específico, como os casos mostrados em (20) e (21), extraídos de L&C (2005, p. 3):

(20) O policial insultou o preso antes de torturar (**ele**).

(21) O policial insulta presos antes de torturar []

Fica clara a diferença entre o uso da especificidade no exemplo (20) – o que é indicado pelo fato de o verbo *insultar* estar empregado no pretérito, indicando um evento episódico, cuja interpretação denota um DP específico – e a não especificidade no exemplo (21). Assim, o traço de especificidade se une ao traço de animacidade para definir a escolha da estrutura.

Nos dados analisados aqui, encontramos apenas uma ocorrência de ON com antecedente [+animado, -específico]. É o caso do exemplo (22).

(22) CRI: bicho.

INV: que que eles vão comer?

CRI: tem bicho aqui.

(...)

CRI: eu vou matar []. (AC, 2;3,0)

Tal dado parece reforçar o que o contraste entre os exemplos (20) e (21) quer mostrar, já que, nesse caso, o antecedente é [+animado], porém [-específico].

Além desse, outros exemplos foram encontrados do uso do ON com antecedente [+animado], mas dessa vez sendo, também, [+específico]. Tal fato derrubaria a nossa hipótese de que antecedentes [+animado, +específico] seriam retomados por pronome lexical. Todos os casos identificados mostram, porém, que a criança usa o pronome lexical predominantemente sobre o ON. O que há, então, é uma oscilação, em alguns casos, do pronome lexical e ON, o que também observamos na fala da investigadora (*input* imediato da criança). Essa oscilação pode ser observada nos trechos seguintes. Isso mostraria que a criança ainda não apresenta um total domínio da gramática-alvo.

- (23) CRI: ele ficou p(r)eso e agora vou lava **ele**. (referindo-se a um bicho)
 (...)
 INV: por isso que tu colocou ele na máquina?
 (...)
 CRI: agora eu vou lavar ele
 (...)
 CRI: já limpei ele.
 INV: já lavou
 (...)
 CRI: agora eu vou [/] eu vou bota(r) [/] agora eu vou lavar [] na máquina.
 CRI: eu vou lavar **ele** aqui
 (...)
 CRI: e tá lavando [/] eu tô lavando **ele** com o sabonzinho rosa.
 (AC. 3;0,29)

Se levarmos em conta que não podemos identificar o sexo natural do antecedente mencionado pela criança, então a proposta de C&M (2005, p. 3) não explicaria esse caso, já que só se retomariam com pronome lexical antecedentes com gênero semântico identificável, ou seja, “somente aqueles substantivos que denotam indivíduos ou classes de indivíduos animados cujo sexo natural pode ser identificado”. Já que não podemos definir qual seria o

sexo natural do antecedente – *o bichinho* – então o que deveria acontecer seria a retomada pelo elemento nulo, o que não é predominante nos dados analisados. Nesse caso, a criança retoma o antecedente por 10 vezes, sendo que, em sete vezes, ela o retoma com o pronome lexical *e*, em apenas três com o objeto nulo. Observando as três últimas sentenças da criança indicadas no exemplo anterior, o que vemos é que ela produz o ON *e*, logo em seguida, retoma o antecedente com o pronome. Por outro lado, não temos como saber se a criança realmente não atribui um sexo natural a esse antecedente, pois ela pode estar dando a ele um sexo natural masculino, por conta de seu gênero gramatical.¹¹

Além dessas três ocorrências de ON com antecedente [+animado, +específico], no inquérito de 3:7,6, a criança produz mais três ocorrências do nulo também com esse tipo de antecedente. Das sete vezes em que retoma o antecedente, três são feitas com o nulo. Mais uma vez insistimos que esse “desvio” do padrão esperado, segundo a hipótese adotada, pode ser explicado pelo *input* imediato da criança, já que de cinco retomadas do antecedente, a investigadora o retoma três vezes pelo nulo. Esses dados estão no trecho em (24):

- (24) CRI: quando o pai do príncipe do Egito era pequeno, ele mandou que ele seja matado
 (...)
 INV: e daí?
 CRI: e daí ele não ficou matado sabe
 INV: e daí ele não ficou matado
 CRI: e não matou **ele**
 INV: e não mataram **ele**?
 CRI: por que?
 CRI: porque a mãe dele salvou **ele**
 (...)
 INV: como que um pai vai querer que matem um filho, né
 CRI: já matou []
 (...)
 INV: imagina que a mãe dele não salvasse [], né
 CRI: é, pegou [] no colo
 (...)

CRI: ela botou [] num cesto e fechou com a tampa.

(...)

CRI: e sabe quem pegou **ele** no final?

INV: quem que pegou **ele**?

CRI: a mãe dele

INV: ah, daí a mãe dele pegou [] dentro do lago

CRI: e salvou **ele**. (AC, 3;7,06)

Existe um dado nesse trecho que precisa ser explicado. Ao falar “já matou []” entendemos que a criança não está se referindo ao antecedente mencionado pela investigadora em “como que um pai vai querer que matem **um filho, né**”, já que esse é [-específico], não sendo previamente determinado no discurso. Logo, o antecedente desse nulo tem a ver com a estória que a criança estava contando e se refere ao *príncipe do Egito*, sendo, desse modo, [+animado, +específico].

Um outro aspecto importante deve ser discutido aqui. L&C (2005) chamaram a atenção para o fato de que o ON inicialmente produzido pela criança é essencialmente dêitico, conforme vemos nos exemplos reproduzidos aqui:

(25) Garda (=guarda) aqui. (R., 1;9)

(26) Tila (=tira) umbassu (=embaixo) (R., 1;9)

Nos dados da criança analisada, mostrados na tabela 4, o que acontece é que o nulo dêitico é predominante nos dois primeiros inquéritos e concorre igualmente com o ON [-animado, +específico], no terceiro inquérito:

TABELA 4

Número absoluto de ocorrências de ON [-animado/+específico] de acordo com a ausência/presença do pronome lexical vs. ON dêitico.

Tipo de antecedente	1;08	1;10	2;01	2;3	2;8	3;0	3;7	Total
ON [-animado, +específico]	1	0	2	14	16	24	23	80
ON dêitico	3	3	2	1	2	6	2	19
Pronome lexical [+animado]	-	-	-	1	0	8	4	13
Total	4	3	4	16	18	38	29	112

No entanto, a partir da idade de 2;3, quando a criança começa a produzir, na posição de objeto direto, o pronome lexical, seus números de nulo dêitico caem em relação à ocorrência do nulo anafórico, que cresce significativamente (13 ocorrências do nulo anafórico contra apenas 2 do nulo dêitico).

Além disso, buscamos uma comparação entre os dados revelados por Duarte (1989) e os dados encontrados neste trabalho. Duarte (1989), utilizando-se de técnicas de coleta e análise sociolinguística, trabalhou com um *corpus* sincrônico proveniente de gravações de fala natural, obtidas através de entrevistas com 50 paulistanos nativos, e da linguagem da televisão (novelas e entrevistas), observando a ocorrência do objeto nulo em dados sincrônicos. Ela computou todas as ocorrências para o Objeto Direto Anafórico e constatou que, das quatro possibilidades para a realização desse objeto direto, a mais utilizada foi o [Sne]/objeto nulo (62,6%) e a menos utilizada foi o clítico (4,9%). Duarte levou em conta três condicionamentos para o trabalho com os dados – um morfológico, um sintático e um semântico. Este último se mostrou bastante importante para a escolha do elemento a ser usado. Assim, o traço +/- animado do antecedente foi decisivo na escolha do preenchimento ou não do objeto. A tabela 5 mostra as opções computadas por Duarte para a posição de objeto.

TABELA 5

Distribuição dos dados computados segundo a variante usada.

Variante	Ocorrências	%
Clítico	97	4,9
Pronome lexical	304	15,4
[SNe] (Objetos nulos)	1235	62,6
SNs anafóricos	338	17,1
Total	1974	100,0

Se considerarmos apenas os dados relativos ao uso de pronomes lexicais e objetos nulos – o que nos interessa no momento – podemos observar que há uma grande vantagem do ON sobre o pronome lexical, o que os dados infantis nos mostram na próxima tabela. A porcentagem de 4,9% de uso do clítico é indicada por Duarte como sendo produzida de acordo com a

escolaridade dos informantes. Esse dado nos indica que os clíticos acusativos de terceira pessoa só se fazem presentes com a escolarização e, mesmo assim, em porcentagens muito baixas.

Na tabela 6, observamos o resultado geral das ocorrências de objeto nulo e pronome lexical na produção da criança:

TABELA 6

Porcentagem total de uso de objetos nulos vs pronome lexical nos dados da criança

Tipo de objeto	Nº de ocorrências	Porcentagem (%)
Objeto nulo	133	88,67
Pronome lexical	17	11,33
Total	150	100

(Duarte, 1989, p. 21)

O fato marcante é a grande preferência pelo uso do ON em relação ao pronome lexical, o que foi mostrado também nos dados sincrônicos de Duarte (1989), conforme tabela 5, já citada. A tabela 7 nos mostra todas as ocorrências de objeto nulo e pronome lexical de acordo com o traço semântico do antecedente:

TABELA 7

Ocorrência/porcentagem de objetos nulos e pronomes lexicais de acordo com o traço semântico do antecedente.

Tipo de objeto	Nº de ocorrências	Porcentagem (%)
ON [-animado, +específico]	80	53,33
ON [-animado, -específico]	18	12
ON [+animado, +específico]	6	4
ON [+animado, -específico]	1	0,67
ON dêitico	19	12,67
Nulo proposicional	9	6
Pron. lexical [-animado, +específico]	4	2,66
Pron. lexical [+animado, +específico]	13	8,67
Total	150	100

Os casos de ON com antecedentes [-animado] são os de maior relevância nos dados. Juntos eles somam mais de 65% do total, indicando que o padrão mostrado no estudo diacrônico de Cyrino (1994) como decisivo na mudança do clítico acusativo de terceira pessoa e no trabalho sincrônico realizado por Duarte (1989) ainda estão presentes, guiando a aquisição do PB, de acordo, também com a hipótese de L&C (2005).

3.3 Discussão dos resultados

A primeira observação a fazer com relação aos resultados é que todos os dados mostrados nos trechos da fala infantil têm o objetivo de indicar que nossa hipótese, mesmo que não confirmada em alguns casos – nos quais indicamos as razões pelas quais isso está ocorrendo – permanece sólida, confirmada na parte mais robusta dos dados da criança analisada, como também vimos nas tabelas (6) e (7).

Além disso, um dado bastante importante, no que diz respeito à aquisição dos elementos na posição de objeto direto anafórico, é a entrada do pronome lexical como possibilidade de preenchimento dessa posição. L&C (2005) afirmam que, quando o pronome lexical começa a ser usado em posição de objeto, a categoria nula dêitica se torna anafórica, e isso indicaria o período de transição na aquisição do ON. É neste período, em que a criança começa a usar o pronome lexical, que o nulo passa a ser anafórico e ela começa a distinguir traços de animacidade. A análise detalhada dos nossos dados também confirmou essa afirmação, indicando que o período de transição de AC é 2;3, quando há a primeira ocorrência do pronome lexical. Pretendemos observar se esse padrão se confirma nos dados de mais crianças, a fim de apresentar um quadro mais sólido do que está acontecendo na aquisição do objeto nulo vs. pronome lexical em PB.

Um outro fato, que os dados infantis mostram na tabela 7, é que o nulo está numa situação tão categórica quanto os dados do estudo de Duarte, o que confirma, de forma bastante clara, que a opção da retomada pelo objeto nulo é predominante sobre a retomada pelo pronome lexical. Entretanto, como indicamos anteriormente, esse objeto nulo não é sempre o mesmo, mudando seu estatuto com a entrada do pronome lexical como opção na posição de objeto. Além disso, há ocorrência do ON com outros antecedentes que não os [-animado, +específico].

Relembremos, também, que os dados de ON com antecedente [+animado,+específico] são dados em que a criança alterna o uso do pronome lexical com o ON, mas com forte predominância do primeiro, o que pode nos indicar que a criança ainda não atingiu totalmente o padrão adulto. Tais ocorrências foram discutidas no decorrer deste texto (cf. exemplos (23) e (24)).

Ainda observamos que a única ocorrência do nulo com antecedente [+a, -e] se explica, especialmente, se levarmos em conta o traço de especificidade do antecedente, como vimos em (21), uma vez que a não especificidade de um antecedente [+a] possibilita sua retomada pelo nulo, já que o uso mais marcante do pronome se dá com antecedentes [+a, +e].

Por fim, como discutimos em (18), temos alguns casos em que a criança utilizou o pronome lexical para retomar um antecedente [-a] (quatro ocorrências conforme vimos na tabela 7). A princípio, poderíamos explicar esses dados devido ao tratamento de animacidade dado a esses elementos por parte da criança. Isso não é, porém, uma regra, visto que não há um tratamento unificado para os mesmos dados, como mostramos em (18) e (19). Sendo assim, ficamos por resolver a questão do uso do pronome lexical retomando antecedentes [-a]. O que teria mudado, talvez no estatuto do pronome, que esteja fazendo com que ele apareça também na retomada de elementos [-a]?

4. CONCLUSÃO

Como ponto de partida desse artigo, vimos o percurso do clítico acusativo de terceira pessoa até o seu desaparecimento do paradigma pronominal do PB, de acordo com o trabalho de Cyrino (1994). A observação diacrônica dos dados nos indicou ainda que, depois da mudança estrutural pela qual passou o *onset* da sílaba dos clíticos – cf. mostrado por Nunes (1996) – não restou ao clítico acusativo de terceira pessoa outra escolha a não ser a sua exclusão do paradigma pronominal.

No lugar do clítico acusativo de terceira pessoa, duas opções competem: o ON, que segundo Cyrino (1994) ocorre quando o antecedente tem o traço semântico [-a], e o pronome lexical, recorrente quando esse antecedente é [+a].

Observamos, também, a proposta de Creus e Menuzzi (2005) e constatamos que ela parece não explicar alguns dados, especialmente dados de aquisição. Relembremos a discussão em (23), que nos mostrou que a classificação baseada no gênero semântico do antecedente não seria suficiente

para explicar os dados, pois postula que um antecedente é retomado pelo pronome lexical, apenas se ele tiver gênero semântico – o que não concorda com o dado em (23) – se levarmos em conta que tal dado se refere a um antecedente que não tem sexo natural identificável – nem com os dados adultos apresentados em (9), já que, nesses casos, nenhum dos antecedentes possui gênero semântico; no entanto, são retomados pelo pronome.

Diante disso, para a observação dos dados infantis, tomamos a hipótese de L&C (2005), que nos pareceu a mais coerente diante dos contra-exemplos. A discussão dos dados nos mostrou que tal hipótese foi confirmada na parte mais significativa dos dados.

Em última análise, podemos afirmar que o padrão que guiou a mudança diacrônica na posição de objeto – que, segundo Cyrino (1994), tem a ver com os traços semânticos do antecedente – continua a exercer uma função na escolha entre o ON e o pronome lexical, agora no processo de aquisição da linguagem, o que também concorda com a proposta de L&C (2005) para os dados infantis.

NOTAS

¹ No decorrer deste texto utilizaremos as abreviações [+/-a] para nos referirmos ao traço de animacidade, [+/-e], para o traço de especificidade e [+/-gs] para gênero semântico.

² O termo *anafórico* na expressão *objeto direto anafórico* está descrevendo a relação de correferência entre um elemento na posição de objeto direto (um objeto nulo ou um pronome) com seu antecedente, e não se refere ao princípio A da Teoria da Ligação, que é seguido por anáforas, como pronomes reflexivos e recíprocos.

³ Para uma visão mais aprofundada do assunto, remeto o leitor a Kato & Raposo (2001).

⁴ “seleciona um objeto na classe dos objetos possíveis”.

⁵ “relaciona-se a elementos pré-estabelecidos no discurso”

⁶ De forma geral, DefP corresponde ao IP de uma sentença finita, enquanto TopP (nominal) funciona da mesma forma que um tópico, na periferia esquerda de uma sentença.

⁷ “Como tópico é geralmente associado com ‘giveness’, informação velha (...) a restrição a DPs específicos não é surpreendente.”

⁸ Esse tipo de dado, com um pronome lexical retomando um antecedente [-animado, +específico], está cada vez mais chamando a nossa atenção. Apesar de não termos realizado ainda uma pesquisa quantitativa sobre esses dados, notamos que eles são bastante recorrentes na fala adulta, o que nos levou a propor uma análise para explicar sua ocorrência, apresentada em nossa pesquisa de mestrado (Casagrande, em preparação).

⁹ Os dados infantis utilizados nesse trabalho são do CEAAL – PUCRS. Agradecemos veementemente o acesso aos dados facultado por aquela instituição.

¹⁰ As siglas INV. e CRI. se referem, respectivamente, à fala da investigadora e da criança.

¹¹ “O conceito de ‘gênero gramatical’ refere-se à classificação *morfossintática* dos substantivos, isto é, aquela que determina suas relações de concordância gramatical. Em português, há duas classes morfossintáticas de substantivos, os de ‘gênero masculino’ e os de ‘gênero feminino’. Essas classes podem ser marcadas pela desinência mórfica do próprio vocábulo, ou somente se manifestam pelo sistema de concordância (com os artigos definidos, por exemplo: *o menino/carro; a menina/mesa; o paciente/problema; a paciente/mão*). Note-se que possuem “gênero gramatical” *todos* os substantivos do português – não apenas os que denotam referentes animados (*menino, paciente*, etc.) como também os que denotam referentes inanimados (*mesa, problema*, etc.).” (C&M, 2005, p. 3)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASAGRANDE, S. *A aquisição do objeto direto anafórico em PB*. Dissertação de Mestrado, UFSC, em preparação.

CREUS, S.; MENUZZI, S. *O papel do gênero na alternância entre objeto nulo e pronome lexical em português brasileiro*. PUCRS, 2005. ms

CYRINO, S. M. L. *O objeto nulo no Português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. 1994. Tese (Doutorado) – UNICAMP, Campinas.

_____. Observações sobre a mudança diacrônica no Português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: KATO, Mary A.; ROBERTS, Ian. (org.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2.ed. Campinas: UNICAMP, 1996. p. 163-185.

- CYRINO, S. M. L. Para a história do Português Brasileiro: a presença do objeto nulo e a ausência dos clíticos. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre. v. 38, n. 1, março 2003. p. 31-47.
- CYRINO, S. M. L.; REICH, U. Uma visão integrada do objeto nulo no PB. In: *Romanistisches Jahrbuch*. Walter de Gruyter: Berlim/Nova Iorque, 2002. p. 360-386.
- DUARTE, M. E. L. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: TARALLO, F. (org.). *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: UNICAMP/Pontes, 1989. p. 19-33.
- ENÇ, M. The semantic of specificity. *Linguistic Inquiry*, 22: 1991. p. 1 – 25.
- FERREIRA, M. B. *Argumentos nulos em Português Brasileiro*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas, 2000.
- GALVES, C. C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: UNICAMP, 2001.
- HUANG, C.T.J. On the distribution and reference of the empty categories. *Linguistic Inquiry*, 15: 1984. p. 531 – 574.
- KATO, M. A.; RAPOSO, E. O objecto nulo definido no português europeu e no português brasileiro: convergências e divergências. *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*: Lisboa, 2001. p. 673-685.
- LOPES, R.E.V; CYRINO, S.M.L. Evidence for a cue-based theory of language change and language acquisition: The null object in Brazilian Portuguese. In: *Romance Languages and Linguistic Theory*, edited by Twan Geerts; Haike Jacobs. Amsterdam: John Benjamins, 2005. p 343-359.
- NUNES, J. M. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome lexical na posição de objeto em português brasileiro. In: KATO, M.; ROBERTS, I. (org.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1996. p. 207-222.
- PAGOTTO, E. G. Clíticos, mudança e seleção natural. In: KATO, M.; ROBERTS, I. (org.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2.ed. Campinas: UNICAMP, 1996. p. 185-206.
- PUSKÁS, G.; IHSANE, T. *Specific is not definite*. 2001. Disponível em: <http://www.unige.ch/lettres/lingel/syntaxe/journal/2/3.pdf>. Acesso em: 23/08/06.
- RAPOSO, E. On the Null Object in European Portuguese. In: JAEGGLI, O.; SILVA-CORVALAN, C. (Eds.). *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht: Foris, 1986.